

RESUMO - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ADMINISTRAÇÃO

**IMPLICAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA BRASILEIRA PARA AS
POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE RECENTE
SOBRE AS (RE)CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO**

Vinícius Gabriel Da Cunha Gonçalves (vinigabrielc8@gmail.com)

Maria Gracinda Carvalho Teixeira (gracinda@uol.com.br)

Políticas públicas dizem respeito ao que os governos fazem – ou deixam de fazer. Nesse sentido, reside no domínio de políticas públicas, a função de compreender a ampla atribuição dos Estados e os tipos de intervenções na sociedade, seja na economia, seja na provisão de serviços públicos. Por essa razão, falar de reforma trabalhista é uma tarefa muito complexa visto que se tornou um objeto multidisciplinar por englobar variadas dimensões. Assim, destacamos que o objetivo da presente pesquisa é a dimensão que trata dos efeitos das reformas trabalhistas nas políticas públicas brasileiras, entre estes, o surgimento de novas configurações do trabalho (LIMA; BRIDI, 2019). A pesquisa parte de três pressupostos iniciais (TEIXEIRA, et al., 2024): (i) reformas não são simples mudanças, são alterações estruturais definidas por um governo, determinando as formas de conduzir uma nação, afetando as políticas públicas e as prioridades governamentais com escolhas de projetos que entram ou não nas suas agendas; (ii) conjunturas políticas e socioeconômicas em crise, afetam profundamente as políticas públicas e outras ações que conformam a relação entre o Estado e a sociedade, comprometendo a democracia e cidadania; (iii) reformas trabalhistas geraram (re)configurações do trabalho trazendo implicações sociais, econômicas e

jurídicas que afetaram profundamente as vidas dos trabalhadores e aqui se chama atenção ao trabalho remoto. A pesquisa é de natureza qualitativa, de base documental (DIEESE, 2022; BRASIL, 2017; BRASIL, 2020) e bibliográfica, em que se utilizou análise interpretativa (GIL, 2008). Como resultados, apresentou-se um debate amparado pelos estudos de Filgueiras, et al. (2019) os quais sugerem que é necessário implementar medidas que abordem as desigualdades exacerbadas pela pandemia e pela reforma trabalhista, promovendo uma maior inclusão e proteção para todos os trabalhadores. Entre as possíveis direções para políticas públicas, sugere-se a revisão das normas trabalhistas para que sejam garantidas uma proteção adequada e o desenvolvimento de políticas de inclusão digital que assegurem que os trabalhadores tenham acesso a ferramentas e infraestrutura apropriadas para o trabalho e assim se combata também a precarização. Nesse sentido, urge a importância de se criar um ambiente regulatório que equilibre os interesses dos trabalhadores e dos empregadores, garantindo condições dignas de trabalho e proteção social. Como discussão final, a pesquisa reitera seus pressupostos. Ademais, acena ainda, a partir da experiência brasileira, que as políticas públicas futuras, na esfera do trabalho, garantam proteção e regulação social mais adequadas e promovam a inclusão digital e o suporte ao bem-estar dos trabalhadores, de modo que as ações do Estado não apenas respondam aos desafios imediatos, mas também contribuam para a construção de um mercado de trabalho mais equitativo e resiliente, capaz de enfrentar futuras crises com maior equidade.

Palavras-chave: reforma trabalhista; políticas públicas; (re)configuração do trabalho.